

CLÁUDIA RODRIGUES DE MORAIS PIOVEZAN

NOVA ORDEM MUNDIAL

na justiça brasileira





**“A ÂNSIA DE SALVAR A HUMANIDADE É
QUASE SEMPRE UM DISFARCE PARA A
ÂNSIA DE GOVERNÁ-LA.”**

(H.L.MENCKEN)

SUMÁRIO

1. MATEUS 7.20. PORTANTO, PELOS SEUS FRUTOS OS CONHECEREIS	4
2. A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS	16
2.1 ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO NO CARIBE E NA AMÉRICA LATINA	22
2.2 A ESQUERDA LATINO AMERICANA E A TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO	27
2.3 OS FRUTOS	41
3. CONCLUSÃO	48
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1

MATEUS 7.20. PORTANTO, PELOS SEUS FRUTOS OS CONHECEREIS.

Em 2005, explodiu em Brasília o escândalo de corrupção do governo petista que foi apelidado de Mensalão. Durante anos, o brasileiro acompanhou pela TV os depoimentos da CPI dos Correios, na Câmara dos Deputados, e o processo do Mensalão, nos debates sobre o recebimento da denúncia na Ação Penal 4701, que tramitou no Supremo Tribunal Federal, e tinha como réus vários parlamentares, banqueiros, empresários. Em 2012, durante 4 meses, o Supremo Tribunal Federal teve sessões diárias para julgar os réus, o que culminou na condenação e prisão de alguns, em dezembro de 2012².

Em junho de 2013, um protesto de estudantes culminou numa série de manifestações populares que tomaram as ruas das grandes e médias cidades, nas quais milhões de brasileiros, de matizes ideológicas diversas, expressavam a sua insatisfação pelos

¹ <https://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalNoticias&idConteudo=214544> – último acesso em 05 de setembro de 2019, às 11h46min.

² <http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/12/supremo-conclui-julgamento-do-mensalao-apos-quatro-meses-e-meio.html> – acesso em 01/09/2019, às 10h57min;

motivos mais variados. Na mesma época, um projeto de emenda constitucional do deputado Lorival Mendes do PT do B/MA, proposto em junho de 2011, entrou na pauta de votação da Câmara dos Deputados, tratava-se do PEC 37/2011, cujo objetivo era impedir que órgãos que não fossem de polícia federal e civil realizassem investigações de infrações penais, buscando atingir e coibir as atividades investigativas do Ministério Público, da Receita Federal, dos Tribunais de Contas, por ex³. Diante desse cenário, as manifestações, que até então eram difusas, concentraram-se em pedir a rejeição do PEC 37, já que sua aprovação sinalizava o aumento da impunidade de corruptos e criminosos de toda espécie.

No dia 25 de junho de 2013, a Câmara votou o projeto, que foi rejeitado por maioria — 430 votos contra 09 —. A população acompanhou a votação concentrada nas ruas, assistindo à sessão por telões. A mensagem fora dada, o art. 1º, § único, da Constituição Federal que dispõe que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” foi observado à plenitude naquela noite. O povo deixou

“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

³ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965> – acesso em 01 de setembro de 2019, às 11h04min.

bem claro o que esperava dos poderes da República e dos órgãos de persecução penal — um combate intenso ao crime e punição severa aos criminosos.

Em março de 2014, iniciou-se, na Justiça Federal de Curitiba, a operação que investigou talvez o maior esquema de corrupção do mundo, a Lava-Jato⁴. Desde então, milhões de brasileiros já saíram diversas vezes às ruas para defender a sua continuidade, para apoiar os investigadores e os juízes que nela atuam e para defender e exigir punição exemplar dos criminosos corruptos.

O que fizeram os responsáveis pelo Controle Externo do Judiciário e do Ministério Público, muitos deles supostamente representantes populares dentro desses órgãos, diante do reclamo da população?

Em fevereiro de 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou um projeto-piloto, em parceria com o TJ-SP, para implantar audiências de custódia. A partir desse projeto-piloto, rapidamente, todos os Tribunais de Justiça do país passaram a assinar termos de adesão ao projeto e impor a juízes, promotores e procuradores da república a realização de um ato judicial não previsto em lei, não previsto em lei até 2019, por meio do qual o preso em

Em março de 2014, iniciou-se, a operação que investigou talvez o maior esquema de corrupção do mundo, a Lava-Jato.

⁴ <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso> – acesso em 01 de setembro de 2019, às 10h15min.

flagrante deveria ser apresentado a um juiz e a um promotor ou procurador da república, devidamente acompanhado de um advogado, até 24 horas após a comunicação do flagrante. Esse projeto-piloto foi implantado de vez a partir de 15 de dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 213/2015 do CNJ⁵, corroborado por uma liminar do Supremo Tribunal Federal, deferida em setembro de 2015, numa Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – a ADPF 347 - proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em maio daquele mesmo ano⁶.

Logo após o lançamento do projeto-piloto, já em 09 de abril de 2015, foram assinados três acordos de cooperação entre CNJ, Ministério da Justiça (diga-se José Eduardo Cardoso, advogado da Dilma) e o IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa⁷, que tinham por objetivo incentivar a difusão do projeto Audiências de Custódia em todo o País, o uso de medidas alternativas à prisão e a monitoração eletrônica buscando combater a “cultura do

⁵ <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3059> – último acesso em 28 de julho de 2019, às 15h14;

⁶ <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4783560>

⁷ ONG de advogados e de grandes escritórios de advogados criminalistas criada ou ao menos que era integrada pelo advogado criminalista MÁRCIO THOMAZ BASTOS, que fora Ministro da Justiça de Lula e que atuou fortemente na reforma do judiciário.

http://www.iddd.org.br/?post_type=parceiros - último acesso em 28 de julho de 2019, às 15h17min.

<http://www.iddd.org.br/index.php/quem-somos/> - último acesso em 28 de julho de 2019, às 15h18min.

encarceramento” que alegavam ter se instalado no Brasil⁸.

Por sua vez, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a fim de regulamentar o poder de investigação do Ministério Público, fortalecido pela rejeição do PEC 37, expediu, em 07 de agosto de 2017, a Resolução 181/2017, na qual determinou como se daria a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal, instrumento a ser utilizado pelos Promotores de Justiça e Procuradores da República para a investigação criminal.

No artigo 18, da Resolução do CNMP, foi criado o acordo de não-persecução penal, que previa situações em que o agente ministerial, ao invés de oferecer denúncia contra o criminoso, deveria lhe propor um acordo, com algumas condições, que se cumpridas, impediriam o início do processo penal, o que nada mais é do que aumentar a dose do remédio que está matando o paciente. Assim, o CNMP, por meio de resolução, criou um novo instituto processual penal, uma nova fase pré-processual, com efeitos penais e processuais-penais, sem previsão legal, em dissonância com os princípios da obrigatoriedade e da legalidade (art. 5º, II, da CF) que, respectivamente, obrigavam o agente do Ministério Público a iniciar a ação penal, estando presentes os indícios de autoria e de materialidade do crime, e a

⁸ <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audien-cia-de-custodia/historico> – acesso 21 de julho de 2019 – 12h10;

fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, entendendo-se aí lei em sentido estrito⁹.

⁹ Art. 18. Não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal quando, cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado tiver confessado formal e circunstanciadamente a sua prática, mediante as seguintes condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente: (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) I – reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, salvo impossibilidade de fazê-lo; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) II – renunciar voluntariamente a bens e direitos, indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) III – prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo Ministério Público; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) IV – pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social a ser indicada pelo Ministério Público, devendo a prestação ser destinada preferencialmente àquelas entidades que tenham como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) V – cumprir outra condição estipulada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal aparentemente praticada. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) § 1º Não se admitirá a proposta nos casos em que: (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) I – for cabível a transação penal, nos termos da lei; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) II – o dano causado for superior a vinte salários mínimos ou a parâmetro econômico diverso definido pelo respectivo órgão de revisão, nos termos da regulamentação local; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) III – o investigado incorra em alguma das hipóteses previstas no art. 76, § 2º, da Lei nº 9.099/95; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) IV – o aguardo para o cumprimento do acordo possa acarretar a prescrição da pretensão punitiva estatal; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) V – o delito for hediondo ou equiparado e nos casos de incidência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018) VI – a celebração do acordo não atender ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. (Redação dada pela Resolução nº 183,

Além de inobservar os princípios constitucionais da obrigatoriedade e da legalidade, esse dispositivo, inicialmente escrito de forma a beneficiar furtadores, estelionatários, receptadores, falsários, portadores de armas de fogo de uso proibido e restrito e até traficantes, ainda criou alguns dilemas para os agentes ministeriais¹⁰. Explico. Quando um agente do Ministério Público toma posse em seu cargo, assume o compromisso de atuar dentro dos limites da lei e de sua consciência jurídica, o que garante uma atuação independente de interferências internas e externas, políticas e econômicas, e está ancorado pelo princípio constitucional da independência funcional. Assim, não sendo a Resolução do CNMP lei em sentido estrito, o agente ministerial que se recusasse a aplicar tal dispositivo sofreria alguma sanção disciplinar por não cumprir resolução do Conselho? Um

O Ministério Público e o Poder Judiciário passaram por grandes transformações ao ponto de, na atualidade, terem perdido suas características e se afastado de suas funções típicas.

de 24 de janeiro de 2018) RESOLUÇÃO Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

¹⁰ O texto inicial, de 2017, foi alterado em janeiro de 2018, após muitas reclamações sobre o alcance da Resolução para beneficiar até crime assemelhado a hediondo, como tráfico de drogas - https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwibnY3M66_kAhWZDrkGHbtWD78QFjAAegQIBhA-C&url=http%3A%2F%2Fwww.cnmp.mp.br%2Fportal%2Fimages%2FResolucoes%2FResolu%25C3%25A7%25C3%25A3o-181.pdf&usg=AOv-Vaw2aAZqbnAmADzM7wSFdOqme – acesso: 01/09/2019, às 11h37min.

benefício criado por Resolução criaria direito subjetivo ao réu? O acordo, previsto para casos investigados pelo Ministério Público, seria estendido às investigações em inquéritos policiais, conduzidas por Delegados de Polícia, ampliando ainda mais o leque de benefícios para criminosos?

No sentido da obrigatoriedade de propor o acordo sob pena de sanção, uma decisão liminar do CNMP, de 17 de abril de 2019, determinou a obrigação da aplicação imediata do acordo de não-persecução penal, ameaçando agente ministerial de sanção disciplinar se desobedecesse a resolução do CNMP¹¹.

¹¹ "Citando doutrina e jurisprudência específica sobre a obrigatoriedade de observância das resoluções do CNMP e a ausência de qualquer decisão judicial questionando a possibilidade de celebração de acordos de não persecução penal, o relator demonstrou que a conduta dos órgãos internos do MPDFT importou em patente descon sideração da autoridade do CNMP: *"O que é inadmissível e merece todo o repúdio deste Conselho Nacional do Ministério Público é a pura e simples descon sideração e o desprezo a ato deste Órgão Constitucional de Controle não somente em razão do trabalho e da devoção dos seus integrantes, mas, sim, em decorrência da competência outorgada pela Constituição da República. Por essas razões, reputo que a negativa de aplicação da Resolução CNMP n.º 181/2017 por parte do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios mostra-se ofensiva ao princípio da legalidade, insculpido no artigo 37, caput, da Constituição da República, bem como desrespeita a competência estabelecida pelo artigo 130-A, § 2º, I, do texto constitucional"*.

Com o deferimento da medida, o MPDFT, por seus órgãos internos, deverá abster-se de praticar qualquer ato ou de aplicar norma que signifique negativa de aplicabilidade da Resolução CNMP nº 181/2017, particularmente de seu artigo 18, que trata dos acordos de não persecução penal.

As Reclamações seguirão rito regimental até serem apreciadas pelo Plenário do CNMP, o qual poderá, nos termos dos artigos 117 e 121

A partir desses dois exemplos de atuação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, que criaram mais benefícios aos que violam as leis penais, foi possível perceber que os dois órgãos se afastaram dos anseios da população brasileira, não obstante os ministros do STF, que presidem alternadamente o CNJ, e a chefia do Ministério Público da União, que chefia o CNMP, representarem os órgãos que são os guardiões da democracia.

Nas últimas décadas, o Ministério Público e o Poder Judiciário passaram por grandes transformações ao ponto de, na atualidade, terem perdido suas características e se afastado de suas funções típicas. O Ministério Público, de órgão incumbido precipuamente da persecução penal nas décadas anteriores, passou a atuar em todas as esferas da vida dos indivíduos e, por meio de seu órgão de controle externo, passou a legislar. O Poder Judiciário, de órgão julgador, aplicador das leis, agora também legisla, seja por meio dos julgados, seja por meio do seu órgão de controle externo.

do Regimento Interno do Conselho: expedir regulamentações; cassar atos ofensivos; determinar medidas adequadas à preservação da competência do CNMP; determinar a instauração de processo administrativo disciplinar contra as autoridades que tenham desrespeitado a autoridade do CNMP.” <http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12074-conselheiro-do-cnmp-defere-medida-liminar-para-garantir-a-aplicabilidade-imediata-da-resolucao-cnmp-n-181-2017>. Acesso: 01/09/2019;

Não obstante as transformações tenham começado há várias décadas, e no caso do Ministério Público é possível buscar no início dos anos 80¹² os primeiros sinais evidentes dessas modificações, com a Lei Complementar 40/81¹³ (Lei Orgânica do Ministério Público) e com a Lei de Ação Civil Pública¹⁴, os pontos mais marcantes vieram com a Constituição de 1988, embasada na Carta de Curitiba, de 1986¹⁵, e se acelerou após a criação do Conselho Nacional do Ministério Público¹⁶.

Igualmente, desde a criação do CNJ, o Poder Judiciário mudou suas prioridades. Se de um lado defende enfaticamente o acesso à justiça e a eficiência, de outro apresenta como solução a oferta de métodos alternativos de resolução de conflitos, entregando funções tradicionalmente judiciais para outros entes, tais como cartórios (divórcio, alteração

¹² <http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-28.html> – acesso em 01/09/2019, às 10h30min.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp40.htm – acesso em 01/09/2019, às 10h37min.

¹³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp40.htm – acesso em 06/09/2019, às 11h45.

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm – acesso em 04/09/2019, às 10h48;

¹⁵ <http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/curitibaconst.pdf> – acesso em 07 de setembro de 2019 – às 10h40min.

<https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/viewFile/2128/1236> – acesso em 07 de setembro de 2019 – às 10h35min.

¹⁶ https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=18&ved=2ahUKEwjggfHRqavkAhU3G7kGHZ_hDJIQFjAReg-QIAhAC&url=https%3A%2F%2Fwww.conamp.org.br%2Fimages%2Flivros%2FCONAMP_-_Uma_historia_sem_fim.pdf&usg=AOvVaw3Szz-jo0H5eNJiTWPcAcBy – acesso em 30 de agosto, às 16h10min.

de assentos para transsexuais), tribunais de arbitragem (arbitragem, mediação), polícia (imposição de medidas de urgência em casos de violência doméstica por delegado e polícia militar).

Então, a questão que se coloca é se esses conselhos se desviaram dos fins para os quais foram criados, já que a Justiça não se tornou nem mais eficiente, nem mais célere, nem mais barata e cada vez mais a população se indigna com decisões de Juízes, Desembargadores e Ministros das cortes superiores e com atuações de alguns membros do Ministério Público, ou se eles estão seguindo à risca o objetivo verdadeiro de sua criação e existência.

De fato, Ministério Público e Judiciário — com honrosas exceções —, por óbvio, capitaneados pelos Conselhos, têm atuado como agentes de moldagem de comportamento das massas e de seus próprios integrantes. Suas atuações não buscam mais a entrega da justiça nos moldes em que a população estava acostumada, mas buscam criar uma nova sociedade e um novo homem. Interna e externamente, ambos os órgãos realizam cursos, palestras, encontros, congressos e campanhas publicitárias voltados à disseminação de novos valores distantes das expectativas e anseios da sociedade, sempre buscando impor, sub-repticiamente, um novo senso comum, nos moldes propostos por Antônio Gramsci, por H.G.Wells, pela Escola de Frankfurt e tantos outros.

Nesta mesma perspectiva, ambas instituições que, nos governos anteriores andavam de mãos

dadas com o Poder Executivo Federal, a partir da assunção de um novo governante, com outro viés ideológico, atuam em várias frentes, com enxurradas de ações e liminares, para impedir que o governo realize as mudanças prometidas ao eleitorado que o elegeu.

Assim, uma pesquisa sobre a origem dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, partindo de uma mera impressão sobre a influência da Nova Ordem Mundial em sua criação e em suas pautas; tendo em mente que dos frutos se conhece a árvore (Mateus 7.20. *Portanto, pelos seus frutos os conhecereis.*), a teoria dos quatro discursos, do Professor Olavo de Carvalho, partindo de uma mera possibilidade inerente ao discurso poético, e, tendo como pressuposto as importantíssimas informações obtidas nos livros e nas palestras do escritor Alexandre Costa, foi possível concluir que a criação desses conselhos faz parte do **4º Ciclo Globalista**, que é o de infiltração, e foi o modo do globalismo-socialista, portanto da Nova Ordem Mundial, se infiltrar definitiva e silenciosamente na justiça brasileira. A prevalecer a atuação do CNJ e do CNMP será inevitável a submissão passiva do Brasil a um governo mundial. Por isso, é preciso descortinar, tirar o véu de quem está por trás da criação desses conselhos para entender sua atuação.

A criação desses conselhos foi o modo da Nova Ordem Mundial, se infiltrar definitiva e silenciosamente na justiça brasileira.

2

A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS

Em 2004, foi aprovado o Projeto de Emenda Constitucional 29/2000 que reformou o Judiciário e criou os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público. Durante a tramitação do projeto, vários foram os pontos polêmicos, dentre eles, o processo de seleção e de admissão de magistrados; os critérios de promoção de magistrados, as formas de indicações e de eleições nos tribunais; os efeitos da súmula vinculante; e a criação de um órgão de controle externo do Poder Judiciário.

Com a aprovação do PEC 29/2000, a Emenda Constitucional 45/2004 entrou em vigor e assim nasceram os **Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público (CNJ e CNMP)**, apesar da enorme resistência de membros da Magistratura e do Ministério Público. Em junho de 2005, os conselhos foram instalados e, atualmente, quando comemoram seus 17 anos de existência, ao custo anual de cerca de 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) somados, eles continuam sendo objeto de discussão e de controvérsias.

Nos anos que antecederam à criação dos Conselhos, foram utilizadas as velhas estratégias de manipulação, de dessensibilização e de engenharia social, por meio do truque de três etapas ou três estágios descrito por Alexandre Costa, em *Introdução à Nova Ordem Mundial*¹⁷, para se alcançar um fim desejado desde o início, que era a colocação de uma trava no Judiciário e no Ministério Público, de modo a transformá-los gradativamente, de dentro para fora.

Viu-se na imprensa uma campanha de desmoralização da Justiça, de modo a tornar até desejável a criação de órgãos de controle externo da atividade do MP e do Judiciário.

Assim, tornou-se frequente a publicação de notícias e a divulgação de fatos que maculavam a atuação de Juízes, de Tribunais e de suas respectivas corregedorias e igualmente do Ministério Público e de seus membros. Viu-se na imprensa uma maciça campanha de desmoralização da Justiça, de modo a tornar até desejável ou ao menos palatável a criação

¹⁷ "1) Encontre um problema na sociedade e amplifique seus transtornos e malefícios. Se for o caso, transforme um pequeno incômodo em um problema gigantesco, ou ainda, se preferir, invente um problema;

2) Concentre suas energias em divulgar este problema. Faça abaixo-assinados, protestos, passeatas e incentive os militantes até que todos repitam, em uníssono: "alguém precisa fazer alguma coisa."

3) Apareça no momento exato, com a solução perfeita para a situação, afinal de contas ela estava pronta antes mesmo do problema aparecer. Não se esqueça de revestir a solução com boas intenções, caso contrário as pessoas não vão entregar mais um pedaço de sua liberdade tão facilmente." (COSTA, Alexandre, in *Introdução à Nova Ordem Mundial*. Vide Editorial, 2ª edição, 2015, p. 111.

de órgãos de controle externo da atividade do MP e do Judiciário, que foi exatamente o objetivo almejado desde o início e que foi apresentado como a solução para todos os “problemas” da Justiça. Os slogans eram: “É PRECISO ABRIR A CAIXA PRETA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO” e “QUEM FISCALIZA O FISCAL?”.

Em 1999, o Senado, presidido por Antônio Carlos Magalhães, do PFL/BA, partido da base de apoio do governo de FHC, deu sua contribuição instaurando uma Comissão Parlamentar de Inquérito que ficou conhecida como **CPI do Judiciário**, cujo objetivo era apurar casos pontuais de corrupção de magistrados e membros do *parquet*, o que poderia ter sido apurado pela atuação do Ministério Público e do Judiciário não fosse, por exemplo, o foro privilegiado a dificultar a atuação da justiça de primeira instância na apuração de crimes de membros da Magistratura e do Ministério Público¹⁸.

Durante a tramitação dessa CPI, ACM defendeu a criação de um órgão de controle externo do Judiciário¹⁹, o que significou, com efeito, a inserção de pessoas indicadas pelo Senado Federal,

¹⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26039904.htm> – acesso: 14/09/2019;

¹⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc27039910.htm> - acesso: 14/09/2019.

<https://bahia.ba/politica/em-1999-acm-criou-cpi-no-senado-para-investigar-judiciario/> - acesso: 14/09/2019.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1999/12/17/cpi-do-judiciario-investigou-nove-casos-187578364> - acesso: 14/09/2019.

pela Câmara dos Deputados e pela OAB no coração do Judiciário e do Ministério Público²⁰, como se

²⁰ Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

I - um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

I - o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho

X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 2º Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de

viu depois, na formação do CNMP e do CNJ, o que obviamente resultou em interferência política dentro da Magistratura e do Ministério Público, inclusive porque todos os seus conselheiros são escolhidos politicamente.

Além da justificativa de tornar eficaz a apuração de desvios de conduta e de corrupção praticados por integrantes das duas instituições, a propaganda também prometia tornar a Justiça mais eficiente, mais célere, mais barata para o contribuinte; facilitar o acesso do cidadão à justiça; garantir segurança jurídica, e tornar mais homogênea a atuação dos diversos tribunais, **sem, contudo, violar a independência funcional e a autonomia dos agentes e dos tribunais.**

Na prática, os conselhos passaram a legislar e a punir juízes e promotores que não seguem suas

quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I o Procurador-Geral da República, que o preside;

II quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III três membros do Ministério Público dos Estados;

IV dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei. (negritei)

recomendações, que são suas “leis”, e, com bastante naturalidade, impõem novas regras ao sistema jurídico nacional, sob o elástico princípio da dignidade da pessoa humana e do discurso da defesa dos direitos humanos, como nos casos já mencionados da audiência de custódia e do acordo de não persecução penal. No entanto, de outra banda, o CNJ tem atuado fortemente na mudança de regras que visam alterar os costumes e a moral judaico-cristã que prevalecem no país, como no caso de permitir alteração de nome, sem necessidade de processo judicial para transexuais²¹, por exemplo. Essa atuação legiferante do CNJ só encontra similar no STF, que admitiu a união civil entre homossexuais, contrariando texto expresso da Constituição Federal, por meio de ADPF²² e criou tipo penal sem prévia lei²³.

Na prática, os conselhos passaram a legislar e a punir juízes e promotores que não seguem suas recomendações, que são suas “leis”.

²¹ <https://www.conjur.com.br/2018-jun-29/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo-registro-transexuais>; acesso em 05 de setembro de 2019, às 15h45;

²² <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>; acesso em 05/09/2019, às 15h47;

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

²³ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> – acesso em 07/09/2019, às 10h04;

Além disso, os Conselhos se sobrepõem aos Tribunais de Justiça e às Procuradorias-Gerais de Justiça e respectivas corregedorias, usurpando funções de outros órgãos de administração e de correição e violam a independência funcional de Juízes, Promotores de Justiça e Procuradores da República, inobservando uma das mais importantes garantias constitucionais, que é a independência funcional, como apontado acima no caso do acordo de não-persecução penal sem lei à época.

2.1 ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO NO CARIBE E NA AMÉRICA LATINA

Já no início da década de 90, mais precisamente em fevereiro de 1993, o **Banco Inter-Americano de Desenvolvimento** realizou uma conferência, em San Juan da Costa Rica, sobre reforma judicial. Em 13 e 14 de junho de 1994, o **Banco Mundial**, braço financeiro da ONU²⁴, realizou uma conferência em Washington D.C., na qual lançou estudos propondo a necessidade de reforma no Judiciário do Caribe e da América Latina, para o desenvolvimento econômico desses países. Por meio do documento

²⁴ <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/> - acesso em 01/09/2019, às 11h13min.

chamado WTP 280 (World Bank Technical Paper number 280)²⁵, que reuniu os trabalhos apresentados na Conferência de Washington, foi lançada uma das primeiras sementes sobre o que consistiriam essas reformas. Após, foi lançado o documento técnico 319 ou o WTP 319, que também é um estudo acerca do setor judiciário na América Latina e no Caribe, produzido nos EUA e publicado em julho de 1996, elaborado por Maria Dakolias, especialista no setor judiciário da divisão do setor privado e público de modernização, no intuito de proceder a um levantamento de elementos para a reforma²⁶.

Inicialmente o documento abordava uma crise institucional do Poder Judiciário, apontando posteriormente alguns valores necessários para a superação dessa crise, tais como: ampliação do acesso à justiça (adoção de meios alternativos de solução de conflitos), credibilidade (combate à corrupção), eficiência, transparência, independência, previsibilidade, proteção à propriedade privada e respeito aos contratos. Sem a adoção desses valores mediante uma reforma institucional e criação de padrões internacionais, segundo o relatório, não haveria ambiente propício ao crescimento da integração econômica

²⁵ <http://documents.worldbank.org/curated/en/490731468772466693/Judicial-reform-in-Latin-America-and-the-Caribbean-proceedings-of-a-World-Bank-conference> – acesso em 12 de agosto de 2019, 9h50.

²⁶ <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24400/00003439.pdf> – acesso em 27 de agosto de 2019, 8h50min.

entre países e regiões, ou seja, os países latino-americanos não possuíam aptidão para uma adequada inserção na economia globalizada. Por isso o próprio Banco Mundial atuava como parceiro dos países que decidissem implementar as reformas sugeridas²⁷. E ainda houve o WTP 350, todos eles realizando diagnósticos da Justiça dos países latinos e propondo mudanças.

Na Conferência realizada pelo Banco Mundial, em 1994, participaram e colaboraram para o evento representantes do Judiciário, da advocacia de diversos países, representantes de Estados e, dentre outros, **a ONU, o Diálogo Interamericano, o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento e algumas ONGs.** Do Brasil estiveram presentes Jose Renato Nalini, da Escola de Magistratura Tribunal de Justiça do São Paulo; Antonio Carlos Alves Braga, Corregedor Geral da Justiça, do TJ de São Paulo, Carlos Mario Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Documento Técnico 319 tornou-se a base das reformas a serem realizadas no judiciário da região do Caribe e da América Latina e, de fato, uma comparação com o seu conteúdo e com as mudanças que foram realizadas no Brasil nas décadas seguintes comprovam facilmente que ali estava a origem de tudo, em especial, a criação de mecanismos de controle do Poder Judiciário.

²⁷ <http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=33>, acesso em 12 de agosto de 2019, 9h54.

Esse documento de apenas 61 páginas aborda desde o Juizado de Pequenas Causas, que vieram a ser criados ainda em 1995, até questões de gênero, que hoje dominam a pauta do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, da mídia e da militância política. Além disso, o documento incentiva a adoção de métodos alternativos de resolução de conflitos — hoje a Justiça Restaurativa é o assunto da moda —. Ao longo do documento, há recomendação para que juízes sejam “educados” por meio do sistema disciplinar e pela criação de escolas de formação de juízes. No entanto, a prioridade seria alcançar os estudantes de direito, atacando a formação jurídica.

O WTP 280 propõe a criação de um órgão de governança e administração para os tribunais, indicando como os sistemas canadense²⁸, europeu e americano poderiam ser utilizados modelos. Além disso, o documento aborda as diversas formas que foram tentadas pelos americanos, desde 1939, para criar um órgão ou conselho para a administração e governança do judiciário, separando a atividade administrativa da justiça de sua atividade jurisdicional. Em seguida, o autor aponta a existência de conselho de justiça em alguns países da América Latina, como Venezuela, Colômbia e Peru²⁹.

²⁸ <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/j-1/page-13.html#h-337712> – último acesso em 06/09/2019, às 12h12;

²⁹ DOC 319, Governance and Administration of the Courts in Latin

Dos documentos do Banco Mundial extrai-se que sob a justificativa de desenvolver economicamente os países da América Latina e facilitar o comércio internacional, o objetivo era homogenizar as legislações e os sistemas judiciários globalmente, tanto que o documento 319 se reporta à reforma da justiça chinesa, para a qual o Banco Mundial havia colaborado.

Outro aspecto a ser lembrado é que na época em que tramitava a reforma, no Governo de **Fernando Henrique Cardoso, membro do Diálogo Interamericano**³⁰, o Brasil passou por graves crises econômicas e recebeu ajuda financeira internacional do **Banco Mundial e do FMI** (Fundo Monetário Internacional), mediante empréstimos vultosos, e assumiu compromissos de reformas para o desenvolvimento do país.

Diversos artigos que tratam da Reforma do Judiciário brasileiro apontam o neoliberalismo, a economia capitalista, a intervenção de instituições internacionais e as pautas do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso como os grandes vilões. De fato, colaboraram para a reforma do judiciário os socialistas fabianos, ou seja, o tucanato brasileiro, diversos organismos internacionais, ONU, e seus braços BM, FMI, DIÁLOGO INTERAMERICANO

America, Robert W Page, Jr. pág 70 e seguintes.

³⁰ https://www.thedialogue.org/experts/?iad_experttype=75 – acesso em 26 de agosto de 2019, às 11h27;

e diversas ONGs estrangeiras, governos e agentes públicos de diversos países, inclusive do Brasil³¹.

O que nenhum desses artigos menciona é como se deu a reforma do judiciário no Congresso brasileiro e quem foram os principais atores para a concretização da reforma.

2.2 A ESQUERDA LATINO AMERICANA E A TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO

Para melhor compreensão acerca da criação dos conselhos no Brasil, importa conhecer um pouco da tramitação do Projeto de Emenda Constitucional, que começou em 1992 e terminou em 2004, e os seus atores principais.

Não obstante a Constituição Federal tenha entrado em vigor em outubro de 1988, menos de 4 anos depois, em 1992, foi apresentado o projeto de emenda à constituição pelo Deputado Federal Hélio Bicudo, do PT/SP, para reformar o Poder Judiciário,

³¹ http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2885%3E – acesso em 27 de agosto de 2019, às 09h;

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4309 – acesso e 27 de agosto de 2019, às 9h03min.

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1e00996d70a49ff8> – último acesso em 05/09/2019, às 15h15;

cujas formatações foram dadas pela então recente Constituição. Tratava-se do PEC 96/92, de 26 de março de 1992³².

No Projeto de Hélio Bicudo, todavia, não havia ainda a proposta de criação de um Conselho de Justiça, o que foi inserido por uma emenda apresentada por outro Deputado Federal, José Genoíno, do PT/SP, o PEC 112/95, que propunha instituir o sistema de controle do Poder Judiciário³³.

³² <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14373> – acesso em 27 de agosto de 2019, às 09h40; <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/reforma-do-poder-judiciario-fatos-historicos-e-alguns-aspectos-polemicos/> - acesso em 15 de julho de 2019, às 18h45min.

³³ Consta na justificativa do projeto do deputado petista, extraída do Diário Oficial do Congresso Nacional de 14 de setembro de 1995, pág. 21905 e 21906: *“A crise do Estado é a crise de suas funções. Como uma das funções estatais, a justiça brasileira tem se defrontado com a complexidade crescente de uma sociedade dilacerada por diferenças sócioeconômicas cada vez maiores. Os conflitos de interesses não se restringem mais a conflitos individuais, mas a conflitos coletivos e transgressões de massa envolvendo grupos e coletividades. Dentro desse contexto, pergunta-se: O Poder Judiciário tem se mostrado capaz de se administrar a si mesmo e de desempenhar com eficácia suas funções de reduzir conflitos e minorar as incertezas dos sistemas político e econômico, restringindo as divergências de interesses e impedindo sua generalização? Entendemos que não.*

(...) A proposta que estamos apresentando para discussão objetiva criar um sistema de controle do Poder Judiciário com a finalidade de exercer a fiscalização externa de suas atividades. Entretanto, tal fiscalização, para garantir a sua própria eficácia e, notadamente, para preservar a autonomia e a independência do Poder, não poderá se imiscuir nas atividades jurisdicionais. (...)

Estamos convencidos que em sociedades fragmentadas em conflitos de classe como a nossa as instituições estatais não esgotam a realidade do direito. Nesse contexto, a justiça não pode ser entendida dentro de uma perspectiva exclusivamente técnico-formal. O

Ao longo da tramitação da reforma, que levou cerca de 12 anos, foram sendo incluídas emendas ao projeto e aprovados outros PECs que retiravam a independência dos Juízes, que amarravam o sistema judiciário, dando, no entanto, mais poderes ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, que ainda estava sendo gestado, e a organismos e tratados internacionais³⁴.

Em 30 de junho de 2000, após a aprovação do PEC 96/92 na Câmara, ele chegou ao Senado transformado em PEC 29/2000, que passou a tramitar conjuntamente na Câmara e no Senado, por meio de proposta assinada pelo então Presidente da Câmara, Michel Temer³⁵.

princípio da separação dos poderes não pode ser utilizado para consolidar a fragmentação do próprio Estado e justificar a impossibilidade de controle social sobre uma atividade que é pública e de mais alta relevância social. Não há Estado Democrático de Direito sem uma atividade jurisdicional autônoma e independente, assim como não há Estado democrático de direito sem que a sociedade civil não possa controlar as suas instituições políticas, legislativas e judiciais."

³⁴ Em 1993, por exemplo, foi aprovada a emenda que criou a ADPF, a EC 03/93, que foi regulamentada em 03 de dezembro de 1999, pela Lei 9.882. A ADPF tornou-se um importante mecanismo para os objetivos globalistas-socialistas, tanto que foi o instrumento judicial utilizado pelo PSOL para obter uma liminar do STF a fim de obrigar a realização de audiências de custódia em todo o Brasil, sem previsão legal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc03.htm#art1

A Lei nº. 11.418/2006 introduziu a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário de acordo com o art. 102, §3º da CF/88, também introduzido pela EC nº. 45/2004 e pelo art. 543-A do Código de Processo Civil. Para efeito da Repercussão Geral, a lei considera a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

³⁵ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4393436>

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo: DLG nº 186, de 2008, DEC 6.949, de 2009, DLG 261, de 2015, DEC 9.522, de 2018)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Em 2003, toma posse o governo petista de Lula e assume o comando da Reforma do Judiciário o

&ts=1543147362697&disposition=inline – acesso em 15 de julho de 2019, às 19h03min.

³⁶ Esses dispositivos foram fundamentais para fortalecer a atuação da ONU e de seus tentáculos no Brasil, por meio da subordinação do País a tratados internacionais e ao Tribunal Penal Internacional, estrangulando ainda mais a soberania nacional.

ministro da Justiça, o advogado criminalista Márcio Thomaz Bastos, que montou uma comissão para analisar o texto e apresentar propostas, conforme relato do então advogado militante e agora ministro do STF, Luiz Roberto Barroso, e, em menos de dois anos, o projeto que tramitava desde 1992 foi finalmente aprovado. É de se observar no artigo escrito por Barroso que ele mesmo defendia o controle social do Judiciário³⁷.

Assim, em 17 de novembro de 2004, foi aprovada definitivamente a Emenda Constitucional 45/2004, que inseriu no art. 92, da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça, como órgão do Poder Judiciário, e o Conselho Nacional do Ministério Público passou a figurar no capítulo que trata do Ministério Público, no art. 130-A³⁸.

³⁷ <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI4155,41046-A+verdadeira+Reforma+do+Judiciario>, – último acesso em 05/09/2019, às – último acesso em 05/09/2019, às 15h20;

³⁸ Os artigos 103 e 130-A, da CF contemplam as funções do CNJ e do CNMP:

Art. 103, § 4º **Compete ao Conselho** o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes

I receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficialão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.,

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

Art. 130-A, § 2º **Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público**

e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Embora toda a discussão acerca da reforma girassem em torno dos interesses econômicos do capital estrangeiro, a iniciativa e a tramitação do projeto demonstram que quem propôs inicialmente a reforma e depois a inclusão do Conselhos no projeto foram deputados do núcleo duro petista, o partido que alegava combater o capital econômico e ser adversário do Governo FHC, a quem imputava subserviência aos interesses financeiros internacionais. Ocorre que todos os partidos políticos com assento no Congresso deram sua contribuição com diversas emendas ao projeto, lembrando que no Brasil não havia partidos que não tivessem viés socialista e imperava o *mise en scene* da estratégia das tesouras³⁹.

Se a reforma do judiciário e a criação desses conselhos teve como pai os globalistas, a mãe que os pariu foi o Partido dos Trabalhadores.

³⁹ O professor Olavo de Carvalho explica a estratégia das tesouras, em um artigo publicado no jornal Zero Hora, de 15 de junho de 2003 e que consta no livro *A Nova Era e a Revolução Cultural*, chamado *A CLAREZA DO PROCESSO*: "Inspirada pela fórmula leninista da "estratégia das tesouras", a esquerda cresce por cissiparidade, ou esquizogênese, dividindo-se contra si mesma para tomar o lugar de quaisquer concorrentes possíveis, que hoje se reduzem a quase nada. Quem domina o centro, domina o conjunto. A esquerda inventa sua própria direita, criminalizando e excluindo do jogo todas as demais direitas imagináveis. Uns anos atrás tornou-se feio estar à direita de FHC. Agora é impensável estar à direita de Lula. A política nacional inteira já não é senão um subproduto da estratégia esquerdista, realizando a fórmula de Gramsci, de que o Partido deve imperar sobre toda a sociedade, não como uma autoridade externa que a oprima ostensivamente, mas com a força invisível e onipresente de uma fatalidade natural, de "um imperativo categórico, um mandamento divino" (sic)."

Portanto, se a reforma do judiciário e a criação desses conselhos teve como pai os globalistas, a mãe que os pariu foi o Partido dos Trabalhadores, dentro do Congresso Nacional, com o apoio dos tucanos e de todos os demais partidos.

A estreita relação entre os globalistas e os socialistas latino-americanos fica mais evidente quando se percebe que agiram em sintonia e perfeito sincronismo, haja vista que enquanto a elite financeira globalista discutia as reformas do judiciário, supostamente, para fins econômicos e financeiros, o Foro de São Paulo também tinha como pauta uma reforma no judiciário⁴⁰.

Na ata do 2º Encontro do Foro de São Paulo, de 1991, no México, há uma nítida resolução para debater a Nova Ordem Mundial, a de nº 4. Diz o texto:

Os participantes deste II Encontro concordamos com uma série de eventos que permitam dar continuidade ao intercâmbio de opiniões sobre a atual temática latino-americana: (...) 4. Celebrar um fórum sobre América Latina e a nova ordem mundial, a realizar-se nos Estados Unidos (pág 81).

No 3º Encontro do Foro de São Paulo, ocorrido de 16 a 19 de julho de 1992, em Manágua, ao mesmo

⁴⁰ http://forodesaopaulo.org/declaraciones_finales/ - acesso em 06/09/2019, às 12h15;

tempo em que atacavam as entidades financeiras do globalismo e da ONU, Banco Mundial e FMI, os comunistas latino-americanos propunham:

O impulso à reforma jurídica internacional, de acordo com as metas propostas, no contexto da designação pelas Nações Unidas desta década como a Década do Direito Internacional e da Paz, para a elaboração de projetos de acordos e convenções que garantam que entramos no ano 2000 com um sistema jurídico internacional à altura das exigências da justiça e da paz;

Vale lembrar que a reforma do judiciário brasileiro acabara de ser proposta pelo deputado petista, Hélio Bicudo, na Câmara de Deputados, em 26 de março de 1992.

No 4º Encontro do Foro de São Paulo, em Havana, em 1993, a relação entre o comunismo latino-americano e os globalistas ficou mais evidente: *“En el plano internacional, finalmente, el Foro declara que es necesario bregar por la construcción de un nuevo orden mundial, cuyo contenido precisamos en el III Encuentro en Managua”.*

Ademais, a reforma do judiciário contou com o apoio da classe empresarial nacional, e de grande parte da sociedade, iludida pelo discurso disseminado pela imprensa, por acadêmicos, por intelectuais

orgânicos⁴¹, no sentido gramsciano do termo. Sobre isso, vale lembrar alguns trechos do artigo do Professor Olavo de Carvalho, publicado no jornal Zero Hora, de 30 de novembro de 2003, chamado **ENGORDANDO O PORCO:**

“Consciente de que as nossas classes empresariais são incapazes de enxergar o mundo exceto sob a ótica de um sonso economicismo, a liderança esquerdista tem conseguido fazer delas instrumentos prestativos para a implantação de uma ditadura comunista no país.

Os mais tolos e servis são justamente os empresários inflados de pretensões intelectuais, que leram uns verbetes do Dicionário de Política de Norberto Bobbio e já saem afagando seus próprios ouvidos com a recitação pomposa dos termos recém-aprendidos — ética, sociedade civil, controle externo, democracia participativa, etc. — , cujo alcance estratégico nem de longe percebem, pois para isso precisariam ter estudado muito Antonio Gramsci depois de adquirir a sólida base marxista-leninista necessária para saber do que ele está falando.

Ouvem dizer, por exemplo, que para acabar com a corrupção o único remédio é o “controle externo” da polícia e do judiciário pela

⁴¹ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200005, – último acesso em 05/09/2019, às 15h25;

“sociedade civil organizada”. Iludidos pelo valor nominal das expressões sem saber que são termos técnicos do vocabulário gramsciano no qual têm uma carga semântica muito precisa, diferente do que as palavras sugerem na acepção geral, chegam quase às lágrimas ante a imagem rósea que nelas se parece anunciar, e, prestam-se por isso a colaborar com a empreitada revolucionária como se estivesse lutando por seus mais viscerais interesses. Um grupo deles, totalizando a quarta parte do PNB, já pôs tudo a serviço da realização de tão sublimes ideais.

Quem tenha estudado Gramsci, no entanto, sabe que “sociedade civil organizada” quer dizer apenas o Partido, gigantescamente ampliado até perder sua identidade aparente, espalhado por meio de seus agentes até os setores periféricos da vida social, e transformado portanto — nos termos do próprio Gramsci — “num poder invisível e onipresente”, habilitado a dominar a sociedade com a força ao mesmo tempo avassaladora e imperceptível “de um imperativo categórico, de mandamento divino” (sic). É a completa ditadura do Partido. (...) E a proposta que acolhem não quer o “controle externo” só da polícia e do judiciário, mas do legislativo, dos ministérios, das empresas, das entidades religiosas e educacionais, dos

órgãos assistenciais e da mídia. Nunca palavras tão doces foram usadas para encobrir uma realidade tão brutal e hedionda.”

Por fim, é interessante observar que os argumentos para aprovação da criação do Conselho Nacional de Justiça foram fortalecidos pela Associação de Juízes para a democracia, cuja manifestação foi citada em parte pela relatora do PEC 112/95, Zuleide Cobra, Deputada Federal do PSDB/SP, em seu relatório, nos seguintes termos:

Em amplo debate sobre a questão do controle externo do Judiciário a Associação dos Juízes para Democracia concorda sobre um órgão fiscalizador que, respeitando o poder decisório e direto dos juízes, “deverá reportar-se à cúpula dos tribunais para moldar adequadamente a presença político-institucional do Judiciário no Estado democrático de direito, mediante proposta de controle administrativo amplo sobre o órgão que detém o governo do poder”.

Justificam: “porque os juízes, em sua atividade cotidiana já são acompanhados pelas corregedorias internas, pela sociedade, por advogados, pela imprensa. Já os tribunais, no que se refere à administração do acesso à justiça, da eleição de prioridades e ataque dos problemas de modernização da estrutura não estão

sujeitos à fiscalização alguma. Isso tem grave repercussão social, pois é sabido que a ineficiência do judiciário tem levado ao preocupante fenômeno da privatização da justiça, sobretudo na periferia das grandes cidades, onde fórmulas particulares de auto-resolução de conflitos cada vez mais se sobrepõem às garantias da Constituição.

Embora não tenha havido consenso, sobre as ações decisórias, aceita-se que poderia o Conselho auxiliar na definição de políticas públicas de atuação do Judiciário, sobretudo na modernização da estrutura e escolha de prioridade, uma espécie de órgão de planejamento no sentido de fazer valer os direitos maiores da população. O Órgão poderia identificar as prioridades, fiscalizar a distribuição de processos aos juízes e cobrar respeito princípio do juiz natural”.

Advertem, porém, sobre o perigo de “se criar um Órgão marcado pela elitização, sem o propósito e o efeito de resgatar a transparência e a noção de serviço público que devem orientar sua atividade global, que mantenham com o Judiciário um mero relacionamento de cúpulas”. Concluem: “Todas essas ponderações são feitas com o propósito de evitar que se adotem formas de controle que não correspondam aos interesses da sociedade, mas de elites que

pretendam restringir as decisões dos conflitos da maior importância aos Órgãos de cúpula do Judiciário.” (Juízes para a Democracia e Revisão Constitucional – Antônio Carlos Villen e Dyrceu Aguiar Dias Cintra Junior) Relatório de Zuleide Cobra, Relatora do Projeto de Emenda Constitucional 112/95, publicado DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, pág, 21910, Quinta-feira 14 (Seção 1) Setembro de 1995⁴².

2.3 OS FRUTOS

Passados 15 anos desde a aprovação do PEC 29/2000, que entrou em vigor como a EC 45/2004, as palavras do Professor Olavo de Carvalho se materializaram diante de nossos olhos.

Como se verifica no rol de competências dos dois conselhos, sua função seria precipuamente administrativa e disciplinar. No debate público que ocorreu durante a tramitação legislativa, os defensores dos Conselhos afirmavam que não haveria qualquer forma de interferência na atividade-fim do Poder Judiciário e nem do Ministério Público, o que já era uma grande preocupação dentre os membros das duas instituições.

⁴² <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/24974>, – último acesso em 05/09/2019, às 15h07min

Assim, em seus primeiros anos de funcionamento, os Conselhos atuaram com vistas a levantar dados sobre os diversos Tribunais e Ministérios Públicos e a atuar como uma espécie de corregedoria subsidiária. No entanto, paulatinamente, com a desculpa da necessidade de impor eficiência, ambos os conselhos passaram a intervir na administração direta de Tribunais e MPs, com vistas a impor formas e conteúdos à atuação de membros de ambas as instituições, passaram a legislar sobre matéria processual penal, o que só cabe ao Congresso, nos termos da Constituição Federal, e, por fim, atualmente atuam diretamente com o objetivo de modelar o comportamento da população, alterando o senso comum, impondo o politicamente correto, nos exatos termos propostos pela ONU, UE e outras entidades internacionais, com interesses globalistas e socialistas⁴³.

⁴³ <http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-de-defesa-dos-direitos-fundamentais/apresentacao>
<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-de-defesa-dos-direitos-fundamentais/atuacao>
<http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/11797-avisaodosistema-prisionalbrasileiro>
http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2018/SISTEMA_PRISIONAL_3.pdf
<http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/10165-recomendacao-visa-a-garantir-a-laicidade-de-funcoes-no-estado-brasileiro>
http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Recomendacoes/RECOMENDAO_51.pdf
<http://200.142.14.29/portal/genero-lgbt-e-laicidade>
<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Recomendacoes/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-031.pdf>
<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-transgenero-nao-pode-ser-proibido-de-usar-banheiro-do-genero-com-o-qual-se-identifica>

Na Constituição Federal não é visível qualquer dispositivo que autorize a atuação que se tem visto desses dois conselhos, que passaram a criar regras que alcançam não apenas as atividades administrativas e correicionais dos tribunais, mas que alteram enormemente o sistema legal e judiciário, ainda que muitas vezes contrariando a legislação em vigor. Além disso, metas do CNJ e o planejamento estratégico do CNMP correspondem visivelmente às diversas pautas da ONU e do Foro de São Paulo, seja em matéria penal e processual (desencarceramento, desarmamento civil e militar, métodos alternativos de resolução de conflitos), sejam em pautas ambientalistas, educacionais, sanitárias, religiosas e identitárias (questões de gênero, causa LGBT, racismo, enfrentamento à pandemia do covid, etc.), de modo que passaram a gerenciar cada aspecto da vida dos indivíduos e a grande maioria de seus projetos se chocam com os valores, princípios e

Metas do CNJ e o planejamento estratégico do CNMP correspondem visivelmente às diversas pautas da ONU e do Foro de São Paulo.

<http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/11850-abertas-as-inscricoes-para-conferencia-que-reune-promotoras-e-procuradoras-de-justica-da-regiao-norte>

<https://www.conjur.com.br/dl/portaria-uso-nome-social-mpu.pdf>

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/informativos-por-tema/liberdade-religiosa>

<http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/11729-cnmp-recomenda-que-ministerio-publico-priorize-acoes-de-prevencao-e-combate-da-obesidade-infantil>

crenças da maioria da população brasileira, de modo que suas atuações têm movimentado a Janela de Overton a fim de levar a sociedade a aceitar com normalidade situações anteriormente sequer cogitadas.

Para justificar a enorme ingerência na vida dos cidadãos e alterar as regras sem o devido processo legal, os longos considerandos das resoluções tanto do CNJ quanto do CNMP se apoiam em tratados internacionais, estudos e resoluções da ONU e de diversos de seus órgãos auxiliares não eleitos pelos brasileiros e até mesmo desconhecidos do público.

O exemplo mais recente disso é que a pandemia do Covid-19 colocou a Organização Mundial da Saúde no comando do país, determinando a forma de atuação do Ministério Público, do Judiciário, dos executivos estaduais e municipais, que têm seguido seus cânones sem questionamento, em nome de uma suposta ciência.

O CNJ, além de atuar de modo a implantar na justiça brasileira todos os mecanismos propostos no projeto do Banco Mundial, recentemente anunciou ter montado uma equipe para estudar a implantação da Agenda 2030 da ONU, na justiça brasileira⁴⁴.

⁴⁴ <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda2030> – último acesso em 05/09/2019, às 11h15;

Ademais, no mês de agosto de 2019, CNJ organizou o 1º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário⁴⁵. Segundo o site do CNJ:

*“o evento tem como objetivo reunir os 22 países Ibero-Americanos para discutir a institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **Agenda 2030** nos Poderes Judiciários.*

Além disso, o encontro terá por finalidade:

- Fortalecer, incentivar e promover parcerias entre os Poderes Judiciários de todos os países Ibero-Americanos;*
- Possibilitar a troca de experiências e o diálogo entre as instituições;*
- Desenvolver indicadores que possam ser utilizados pelos Poderes Judiciários para unificação das métricas; e*
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas, estudos de casos e o levantamento de boas-práticas no âmbito dos Poderes Judiciários.*

A Agenda global 2030 é um compromisso assumido por líderes de 193 Países, inclusive o Brasil, e coordenada pelas Nações Unidas, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos termos da

⁴⁵ <https://www.cnj.jus.br/eventos-campanhas/evento/870-1-encontro-ibero-americano-da-agenda-2030-no-poder-judiciario> – último acesso em 05/09/2019, às 11h17;

Resolução A/RES/72/279.OP32, de 2018, da Assembleia Geral da ONU.

São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030, relacionadas à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento, que incorporam e dão continuidade aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a partir de subsídios construídos na Rio + 20.

*Em 28/9/2018, a Presidência do CNJ instituiu o Comitê Interinstitucional, por meio da **Portaria n. 133/2019**, a fim de proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030.*

Por outro lado, as denúncias de corrupção de juízes e ministros continuam surgindo, sem resposta à altura, aliás, a impunidade em geral tem sido a bandeira dos conselhos, ponto de partida deste artigo⁴⁶. Os excessos de despesas e de lentidão da justiça continuam existindo⁴⁷. Os maiores escândalos saem

⁴⁶ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322011000100005 – acesso: 14/09/2019;

⁴⁷ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,supremo-ve-crise-atual-como-a-mais-grave-do-judiciario-desde-1999,815010> – acesso: 14/09/2019;

justamente do STF, que foi enormemente fortalecido pelas reformas do judiciário, levando o país rumo a uma juristocracia. Logo, a reforma do judiciário e a criação dos conselhos não alcançaram o objetivo declarado da melhoria da prestação jurisdicional e da correção do Judiciário e do Ministério Público, mas levaram à ideologização e infiltração da nova ordem mundial na nossa justiça.

A audiência de custódia e o acordo de não-persecução penal, instrumentos fora da lei até recentemente, foram legalizados pela aprovação do pacote anticrime, a lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019, inserindo definitivamente as propostas de organismos e tratados internacionais na legislação brasileira.

3 CONCLUSÃO

A criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público faz parte do ciclo de infiltração da nova ordem mundial na justiça e burocracia estatal, em um dos pilares da nossa civilização, que é o Direito, com o objetivo de implantação sub-reptícia de um governo mundial, a ser conduzido por uma pequena elite, sem a participação popular, logo, distante interesses, valores e princípios da sociedade brasileira e mediante a quebra da soberania nacional⁴⁸.

⁴⁸ <https://www.thenewamerican.com/tech/environment/item/22267-un-agenda-2030-a-recipe-for-global-socialism?fbclid=IwAR-3NE-6N1rmwPsuTxfpsZsukuVX5WAYma9WCCMk2sqBwYQchlgFhC-GFYIdY>

4

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAN G.; ABRAHAM, L. Política, ideologia e conspirações: A sujeira por trás das ideias que dominam o mundo. 1ª edição brasileira. Barueri: Faro Editorial, 2017;

CARVALHO, Olavo. A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 4ª Edição. Campinas: Vide Editorial, julho de 2014.

CARVALHO, Olavo. Aristóteles em nova perspectiva: Introdução à Teoria dos quatro discursos. 2ª Edição (revisada). Campinas: Vide Editorial, outubro de 2013.

CARVALHO, Olavo. Os Estados Unidos e a nova ordem mundial: Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho. 1ª edição. Campinas: Vide Editorial, Agosto de 2012

COSTA, Alexandre. Introdução à nova ordem mundial. 2ª edição. Campinas: Vide Editorial, maio de 2015;

COSTA, Alexandre. O Brasil e a Nova ordem mundial. 1ª edição. Campinas: Vide Editorial, setembro de 2018;

HIRSCHL, Ran. Towards Juristocracy – The origins and consequences of the new constitutionalism. 1ª edição. Harvard University Press, 2007.

HOROWITZ, D.; PERAZZO, J. Do partido das sombras ao governo clandestino. Santo André: Armada, 2018;

KINCAID, Cliff. Impostos globais para o governo mundial. 1ª edição. Editora Libertatem, 2018;

MORGENSTERN, F. Por trás da máscara: do passe livre aos black blocks, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2015;

ROCELLA, E.; SCARAFFIA, L. Contra o Cristianismo: A ONU e a União Europeia como nova ideologia. 1ª edição. Campinas: Ecclesiae, novembro de 2014;

SANAHUJA, Juan Cláudio. Poder Global e religião universal. 1ª edição. Campinas, Ecclesiae, maio de 2012;

WELLS H.G. Conspiração aberta: Diagramas para uma revolução mundial. 1ª edição. Campinas: Vide Editorial, setembro de 2016;

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

BRASILSEMEDO